

Mostra de Projetos 2011

Programa Águas de Araucária

Mostra Local de: Araucária.

Categoria do projeto: I - Projetos em implantação, com resultados parciais.

Nome da Instituição/Empresa: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Araucária.

Cidade: Araucária.

Contato: brunot@araucaria.pr.gov.br

Autor (es): Bruno Tonel Otsuka; Eduardo Kuduavski.

Equipe: Bruno Tonel Otsuka - Engº Ambiental; Eduardo Kuduavski - Técnico Em Meio Ambiente; Gustavo - Engº Agrônomo; Marina Gayer – Veterinária.

Parceria: Secretarias do Município de Araucária, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, associação de moradores e comunidades.

Objetivo(s) de Desenvolvimento do Milênio trabalhado(s) pelo projeto:

7 - Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

RESUMO

As ações deste programa visam à proteção e manutenção de áreas de mananciais de abastecimento público. Este projeto tem como base os projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) desenvolvidos no país que preveem um auxílio (podendo ser financeiro ou não) aos proprietários de terras rurais que pertencem a áreas de mananciais de abastecimento ou de futuro abastecimento. Em troca disso o proprietário realizará ações de preservação e recuperação ambiental dessas áreas, com o objetivo de garantir o equilíbrio hidrológico. As ações podem ocorrer através da recuperação de vegetações nativas, do solo e de nascentes, de melhores práticas agrícolas e de saneamento básico e por meio de quaisquer outras medidas que ajudem direta ou indiretamente na conservação água.

Palavras-chave: Mananciais de abastecimento público, pagamentos por serviços ambientais, preservação, recuperação, meio ambiente, propriedades rurais.

INTRODUÇÃO

O presente programa tem como base os projetos de Pagamentos de Serviços Ambientais, principalmente, os realizados no país. O programa está em sua primeira fase e possui resultados iniciais de diagnóstico da região.

JUSTIFICATIVA

- a) Proteção e recuperação de áreas degradadas e da biodiversidade;
- b) Melhora da qualidade e aumento do volume d'água;
- c) Maior acesso e controle ambiental das propriedades rurais;
- d) Melhoria do saneamento básico rural;
- e) Melhoria das técnicas agropecuárias, como plantio direto, adubação verde, etc.;
- f) Aumento da recarga de água do corpo hídrico;
- g) Diminuição da erosão e assoreamento nos cursos d'água;
- h) Manutenção da qualidade dos solos para cultivo;
- i) Proteção e aumento da cobertura vegetal nativa, aumento da área de mata ciliar e consequente aumento da absorção do carbono atmosférico;
- j) Preservação e recuperação de Reserva Legal, APP e áreas de mata nativa;
- k) Melhoria da qualidade de vida da população;
- l) Proteção e conservação do patrimônio socioambiental;
- m) Melhoria da relação área verde por habitante;
- n) Crescimento do consumo de água e necessidade de futuras áreas de abastecimento;
- o) Diminuição do custo para tratamento da água no futuro;

p) Prevenção de custos com dragagem devido ao assoreamento de futuro reservatório (O município de Palmas/TO tem um custo anual de quase R\$ 200.000 com dragagem de seu reservatório – dados da Fundação O Boticário);

q) Incentivo à regularização fundiária;

r) Criação de um mecanismo de proteção da Bacia do Faxinal, conforme macrozoneamento do Plano Diretor e Decreto Estadual nº 6.390/06;

s) Maior aplicação da legislação ambiental e desenvolvimento de políticas públicas;

t) Definição de ações estratégicas para o desenvolvimento local sustentável;

u) Auxílio no mapeamento das nascentes e córregos no meio rural.

1. OBJETIVO GERAL

Proteger os mananciais de abastecimento público pertencentes ao município de Araucária/PR, iniciando-se pela Bacia do Faxinal que é um futuro manancial de abastecimento decretado pelo Estado e, posteriormente, sendo estendido às demais bacias hidrográficas de interesse público.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Implantar um sistema de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) para conservação e recuperação de áreas privadas com presença de mananciais.

b) Contribuir para a manutenção da qualidade e quantidade de água dos mananciais de interesse.

c) Contribuir para a elaboração de políticas públicas relacionadas à proteção dos mananciais.

d) Mudança da visão que os proprietários rurais têm em relação à atuação dos profissionais de meio ambiente e assim, obter maior acesso aos proprietários rurais auxiliando na regularização fundiária, saneamento básico, técnicas na agropecuária, entre outros.

3. METODOLOGIA

- 1) Elaboração do projeto.
- 2) Início das conversações com o meio público, privado e população através de:
 - a) Secretarias municipais, COMDEMA, conselho do Plano Diretor, comunicação social do município e CODAR.
 - b) Sindicatos de produtores e trabalhadores rurais
 - c) Associações de moradores, comunidades, igrejas, etc.
 - d) Universidades e escolas técnicas
 - e) Ministério Público e ONG's
 - f) EMATER, EMBRAPA, SANEPAR, IAP, Instituto das Águas, ITCG e SEMA.
 - g) Iniciativa privada: Petrobras, Fosfertil, Gerdau, etc.
- 3) Encaminhamento de minuta de Lei e de Decreto para aprovação da Câmara.
- 4) Levantamento das informações biofísicas existentes, como áreas de contribuição hídrica, áreas de vegetação nativa, pluviometria, levantamento fundiário etc., para elaboração do diagnóstico.
- 5) Definição do método de cálculo para os “pagamentos por serviços ambientais”.
- 6) Realizar simulações de cálculo e pagamentos.
- 7) Definição das áreas prioritárias de acordo com o grau de contribuição para a bacia de interesse e das sub-bacias de acordo com os seguintes critérios: maior pluviometria, relevos mais acentuados, maior drenagem, menor urbanização e contribuição hídrica para a bacia.
- 8) Cadastramento dos proprietários rurais, que estão dentro da região de interesse.
- 9) Avaliação e classificação das propriedades e análise de documentação fundiária.
- 10) Elaboração dos contratos e registro em cartório.
- 11) Pagamentos por Serviços Ambientais.
- 12) Orientação técnica aos proprietários.

13) Monitoramento das áreas com avaliação a cada quatro meses em relação ao cumprimento do contrato.

4. MONITORAMENTO DOS RESULTADOS

Possuem nascentes com APP preservada?

As APP estão em qual estado de conservação?

Possui reserva legal em qual estado de conservação?

Parte da propriedade é RPPN?

Possui área com vegetação excedente às APP e RL?

As áreas de vegetação natural excedentes a APP e RL formam um bloco único >= que 10 ha?

A RL está conectada a APP?

As áreas de vegetação nativa (com exceção da APP) estão conectadas à área de vegetação nativa de vizinhos?

Faz agricultura orgânica c/ certificação?

Realiza plantio direto?

Apresenta curvas de nível sistematizadas?

Realiza outras práticas de conservação do solo?

Possui sistema de tratamento de esgoto a mais de 100m do corpo hídrico mais próximo?

Possui cercas-vivas feitas apenas com espécies nativas?

Alguma planta é cadastrada por órgão competente como árvores porta-sementes?

A propriedade possui espécies de araucária angustifolia com DAP (diâmetro na altura do peito) >= 30cm?

Possui mudas novas mudas de araucária angustifolia?

As APP são cercadas para evitar entrada de animais?

Existe sistema de tratamento dos efluentes gerados na criação de animais?

5. VOLUNTÁRIOS

Atualmente são 5 representantes de comunidades rurais para disseminação do programa.

6. CRONOGRAMA

fev/11: estudo dos casos de PSA existentes e revisão legal;

mar/11: elaboração do pré-projeto;

abr/11: desenvolvimento das conversações para apoio e parcerias e elaboração de minuta de Lei para aprovação na Câmara;

mai/11: entrevistas com proprietários rurais, definição do método de cálculo, simulações e consolidação do projeto;

jun/11: elaboração da minuta do Decreto para aprovação na Câmara;

jul-set/11: aprovação da Lei e do Decreto municipal.

7. RESULTADOS ALCANÇADOS

- Foram feitas 15 entrevistas com proprietários rurais para elaboração de um diagnóstico atualizado da primeira região de implantação do projeto (Bacia do Faxinal).

- Dados efetivos de renda, saneamento básico, cultivo, pecuária, etc. foram obtidos.

- 100% dos proprietários foram acessíveis com a equipe de entrevistadores do programa.

- Foram observadas por meio de mapa de satélite cerca de 385 nascentes.

- A bacia do Faxinal possui 71.425.700 m² e tem-se um potencial de 700 propriedades nessa região.

8. ORÇAMENTO

Pagamentos pelos serviços ambientais entre R\$54 e R\$330 por propriedade por mês.

Estima-se um pagamento de R\$ 150mil no primeiro ano do programa que durará pelo menos por 4 anos.

As despesas operacionais ficarão a cargo da Prefeitura Municipal de Araucária.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o momento o programa está tendo uma ótima aceitação dentro das expectativas da equipe técnica.

Vê-se que a desenvolvimento deve ser integrado com diversos setores da sociedade para uma maior eficácia do programa.

A bacia do Faxinal ainda possui áreas verdes interessantes que podem ser preservação e estendidas para formação dos corredores ecológicos.

10. REFERÊNCIAS

- Pagamento por Serviços Ambientais: Lições aprendidas e desafios - Ministério do Meio Ambiente;

- Fundação O Boticário: Projeto Oásis.